

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC CURSO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA CRISTINA GIMENEZ BARRAL

**A INFLUÊNCIA DAS TRADINGS NO SETOR DE IMPORTAÇÃO DO COMÉRCIO
EXTERIOR EM PERNAMBUCO, NOS ANOS DE 2006 ATÉ 2016**

RECIFE 2018

MARIA CRISTINA GIMENEZ BARRAL

**A INFLUÊNCIA DAS TRADINGS NO SETOR DE IMPORTAÇÃO DO COMÉRCIO
EXTERIOR EM PERNAMBUCO, NOS ANOS DE 2006 ATÉ 2016**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Bianor da Silva Teodósio

RECIFE 2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

B268i Barral, Maria Cristina Gimenez.
A influência das Tradings no setor de importação do comércio exterior em Pernambuco, nos anos de 2006 até 2016 / Maria Cristina Gimenez Barral. – Recife, 2018.
38 f. : il. color.

Orientador: Prof. Ms. Bianor da Silva Teodósio.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Importação. 2. *Trading*. 3. Comércio exterior. 4. Mercado pernambucano. 5. Programa de atividade portuária. 6. Modalidades de importação. I. Teodósio, Bianor da Silva. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2018.2-378)

MARIA CRISTINA GIMENEZ BARRAL

**A INFLUÊNCIA DAS TRADINGS NO SETOR DE IMPORTAÇÃO DO COMÉRCIO
EXTERIOR EM PERNAMBUCO, NOS ANOS DE 2006 ATÉ 2016**

Monografia apresentada à Faculdade Damas
da Instrução Cristã - FADIC, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Bianor da Silva Teodósio

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Examinador 1

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Examinador 2

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em princípio, a minha família que me deu a oportunidade de iniciar e concluir o meu curso de relações internacionais e que acreditaram no meu sonho de formação superior.

Agradecer ao meu orientador Bianor da Silva Teodósio por compreender e me ajudar a dar entendimento a minha análise, e com tudo conclusão do estudo. Também gostaria de dar meus agradecimentos ao professor Pedro Paulo Procópio, por sempre estar disposto a ajudar e dar seu apoio.

E finalmente, ao meu namorado e meus amigos, que me apoiaram durante as dificuldades, compartilharam meu desespero e não deixaram que eu desistisse de concluir o meu trabalho.

A todos o meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

No mercado internacional pernambucano se analisa a importância das *tradings* no setor de importação. No contexto surge o entendimento do que é uma *trading* como ela opera no âmbito internacional de importação em Pernambuco, quais modalidades são usadas e os incentivos fiscais. Analisando se de certa forma a prestação de serviços oferecida para as empresas pernambucanas é de ajuda ou dependência.

Palavras Chave: Importação. *Trading*. Comércio Exterior. Mercado Pernambucano. Programa de Atividade Portuária. Modalidades de Importação.

ABSTRACT

In the international market per seambucano the tradings in the import sector are analyzed. At the international level, the trading strategy as a company operates in Pernambuco, where tax tools and incentives are used. Analyzing if in a certain way the rendering of services provided to companies from Pernambuco is of help or dependency.

Keywords: Import. Foreign Trade Negotiation. Market Pernambucano. Port Activity Program. Modalities of Import.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Canais para liberação da carga.....	15
Tabela 2 – ICMS na importação por conta e ordem de terceiros.....	20
Tabela 3 – Gráfica do crescimento da produção industrial brasileira de 2005 até 2015.....	28
Tabela 4 – Gráfico Brasil e Pernambuco: Taxas anuais de crescimento de vendas do comercio varejista.....	29
Tabela 5 – Movimentação de carga por operação por tonelada durante os anos de 2005 até 2015.....	30
Tabela 6 – Principais produtos importados em Pernambuco durante os anos de 2006 até 2016.....	31
Tabela 7 – Importações e exportações de 1000 dólares por operação desde 1990 até 2017.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. A FUNCIONALIDADE DA IMPORTAÇÃO ATRAVÉS DE UMA TRADING.....	10
3. MODALIDADES DE IMPORTAÇÃO PELAS <i>TRADINGS</i>	18
3.1 TRATAMENTOS TRIBUTÁRIOS	21
4. O MERCADO PERNAMBUCANO.....	26
4.1 A INFLUÊNCIA OU DAS DEPENDENCIA DAS <i>TRADINGS</i>	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35

1 INTRODUÇÃO

No desenvolver do trabalho, será analisada como as *tradings* atuam no setor de importação em Pernambuco. Empresas de pequeno a grande porte optam por contratar empresas terceirizadas, como neste caso as *tradings*, para que realizem a operação de importação e exportação.

Entende-se que o comércio exterior vem crescendo continuamente no mundo todo e que não é um setor comum para ser desenvolvida, se não por um profissional da área. Empresas de médio ou pequeno porte optam por contratar os serviços das *tradings* por não ter como abranger suas empresas, especializando uma área com o setor de importação, que na maioria das vezes não é o setor primário da empresa. No desenvolver do trabalho, será observado como as prestadoras de serviços operam no mercado exterior. Entendendo como se realiza o contrato entre as empresas e as *tradings* e como funciona o setor de importação em Pernambuco.

Para ser analisado o mercado através da prestação de serviços das *tradings*, primeiramente será elaborado um estudo e entendimento do que é, para que serve e como as *tradings* funcionam. É de extrema importância ter o entendimento e saber como elas funcionam para dar procedimento à desenvoltura do trabalho.

Nos próximos capítulos serão abordados temas e perguntas como: de que maneira as prestadoras de serviços se oferecem no mercado e porque as empresas insistem em realizar suas operações de importação através delas?

Entendendo o que é uma trading e como ela opera, serão apresentadas as modalidades: 'por conta e ordem', por encomenda e 'compra e venda', assim como os incentivos e benefícios fiscais oferecidos pelas *tradings* para atuar no setor de importação pernambucano.

A pesquisa foi colocada entre os anos de 2006 a 2016. Momento em que Pernambuco ganha sua eclosão no mercado, sendo posta a importância e influência do tempo de Eduardo Campos, como governador de Pernambuco, e será inevitável passar pelo mercado pernambucano sem entender a crise mundial, que atingiu o Brasil nos anos de 2011 a 2015.

Após a compreensão de como as *tradings* participam no comércio exterior e o que elas oferecem, chega-se ao objetivo do trabalho, onde serão analisados os pontos positivos e negativos dos seus serviços. Entendendo se as empresas contratam as *tradings* por mero entendimento e facilidade ou se existe algum vínculo que impossibilita as empresas a realizarem as operações de importação por conta própria.

O método de operação do comércio exterior é estudado e mudado com frequência. Cada dia existem mudanças e inícios de programas para acompanhar o mercado internacional. Por estar se tratando de mercados entre países, tende a se ter muito cuidado na abordagem, por políticas, culturas e etnias que diferem de lugar para lugar.

O trabalho apresentado baseia-se numa natureza de modalidade de pesquisa bibliográfica. A coleta de informações para o presente trabalho serão através das fontes da pesquisa secundárias, através de livros, pesquisas, artigos, debates e comentários feitos por estudiosos que colocam suas opiniões explícitas ou não, em assuntos de interesse

2 A FUNCIONALIDADE DA IMPORTAÇÃO ATRAVÉS DE UMA TRADING

Para que possa-se chegar ao conceito do que é uma *trading* teremos que entender o que é o comércio internacional. O Comércio Exterior é a forma de compra e venda internacional de produtos e/ou serviços, com normas regulatórias que variam justo com cada país e situação.

A história do comércio é vista desde a antiguidade, começando pelos egípcios que já adquiriam a prática, exportando e importando artigos de luxo e comprando madeira para construir palácios. E seguindo pelas grandes navegações marítimas, encontram-se na história os primeiros contatos entre os povos com os outros continentes, estabelecendo relações comerciais e culturais. Outro ponto interessante é o império romano, que com o passar dos anos realizou um grande intercâmbio multicultural entre as diversas civilizações da época, através do comércio com outras culturas e nas conquistas dos territórios. E finalizando com a Revolução Industrial foi fator que permitiu o avanço de países industrializados sobre o restante do mundo. Resumindo então a Globalização.

Sendo inevitável falar do comércio exterior sem falar da globalização, e falar da globalização sem falar da internet. A globalização e a atividade de comércio são dependentes um do outro, pois o primeiro contribui de forma substancial para que o segundo ganhe força no cenário globalizado.

Os meios de transporte também foram fundamentais para a expansão do capitalismo, favorecendo o crescimento da economia. Com o barco, as locomotivas a vapor e, o transporte aéreo, o homem passou a viajar em maiores distâncias em um curto espaço de tempo.

O conceito da aldeia global se encaixa neste contexto, pois está relacionado à criação de uma rede de conexões, que deixa as distâncias cada vez mais curtas, facilitando as relações culturais e econômicas de forma mais rápida e eficiente. A globalização trouxe um

crescimento da população mundial, da produção industrial, o avanço dos meios de transporte e das telecomunicações, das empresas e da política, elementos importantes para o comércio internacional.

Adam Smith defende nas suas teorias o conceito do Liberalismo Econômico, constituído pela ausência da intervenção do Estado na economia, garantindo a abertura do comércio, onde os comerciantes são livres para negociarem. O Liberalismo expressa a ideia de que o Estado deve se ocupar de questões de interesse básico (saúde, educação, ordem pública). O Liberalismo é considerado o pilar da ideologia capitalista (SANTANA; ALMEIDA, 2007).

A obra *Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith, afirma que uma nação só exportará um produto, caso ela consiga produzi-lo por um custo baixo, com isso, cada país deveria focar na produção de produtos que fossem mais vantajosos de acordo com os custos e modo de produção. As nações deveriam considerar seus recursos naturais, clima, localização e competência dos trabalhadores. Quando o país foca na produção e exportação do que tem vantagem absoluta, ele cria condições para importar mercadorias das nações que também tem vantagens absolutas.

David Ricardo explica em seu livro “*The Principles of Political Economy and Taxation*”, de 1817, com base no estudo de Smith, que seria possível realizar a exportação para países que não possuíam vantagens absolutas, indo além da demanda nacional. Assim, cada país se especializaria na produção de determinado produto, no qual ele é relativamente melhor, ou que consiga reduzir custos para exportá-lo. E em contrapartida, o mesmo país importaria mercadorias as quais não possui produção ou que o custo para sua fabricação seja mais elevado. Ricardo mostra as interligações entre expansão econômica e distribuição da renda na sua teoria. Tratou os problemas do comércio internacional e defendeu a flutuação livre do câmbio.

As teorias clássicas do comércio exterior por pensadores do ramo de economia chegaram à segunda metade do século XVIII com a necessidade de explicar as trocas internacionais entre os países e a economia moderna. Elas surgiram no período mercantilista, no qual se justifica o comércio internacional pela oportunidade de se obter excedente na balança comercial, no momento em que os países intensificassem suas trocas comerciais livres, chamadas de liberalismo econômico. A sua relação com o comércio internacional era de que diversos países tinham necessidades econômicas e precisavam supri-las através de produtos e serviços que podiam ser encontradas em outras partes do mundo.

À medida que o tempo evolui, a participação dos países nas trocas comerciais se encontrava cada vez mais frequente. O comércio entre os países é cada dia mais importante para a economia doméstica, pois nenhum país é autossuficiente para produzir ou consumir tudo que sua nação necessita. Em grande parte dos países esse ramo representa uma parte considerável do seu produto interno bruto (PIB).

Importar significa adquirir bens e serviços de fora do país, mas é importante ressaltar que o comércio internacional não acontece de modo igual em todos os países. Alguns contribuem mais, outros menos. Essas operações são fiscalizadas e normatizadas pelas aduanas dos países, por meio de regras, normas e termos nacionais que regem essas relações de comércio exterior.

A existência das barreiras comerciais são defesas comerciais que contrapõem o comércio internacional. São importantes para proteger o desenvolvimento e a economia dos países. Políticas protecionistas usam das barreiras para protegerem os produtos consumidos e fonte de lucro de produtores locais, afastando importações de mercadorias semelhantes com preços mais competitivos que possam intervir no mercado interno. Dentre as barreiras, pode-se citar a barreira tarifária, onde são adicionadas alíquotas de impostos sobre produtos estrangeiros; e a barreira não tarifária que seria impor cotas, controle de preços, normas, regras, regulamentações sanitárias aos produtos estrangeiros. A fim de reduzir essas barreiras e privilegiar os mercados regionais foram criados os blocos econômicos.

Os blocos econômicos se formaram na segunda metade do século XX, sendo os principais objetivos integrar, incentivar o crescimento da economia de determinada região, eliminar as barreiras que dificultam a importação e também fortalecer o comércio interno. Por meio de acordos comerciais houve uma integração dos países, facilidades com relação ao fluxo de mercadorias, capitais e serviços, e de forma mais avançada, a livre circulação de pessoas. Dependendo do tipo de integração, os blocos podem ser classificados em zonas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária.

Os blocos em zonas de livre comércio consistem na diminuição e controle das tarifas alfandegárias dos produtos comercializados entre os países membros. Diferente dos blocos classificados em zonas de união aduaneira, que representam o livre comércio adotando uma tarifa externa comum que visa taxar os produtos advindos de países não membros, protegendo seus mercados dentro de um grupo.

Os blocos em zona de mercado comum contam com um nível avançado de integração econômica, indo além do acordo comercial, pois envolvem a livre circulação, tornando as fronteiras quase inexistentes em termos comerciais e de mobilidade populacional. E por

último: a união política e monetária, semelhante à zona de mercado comum adotando o campo monetário, uma moeda comum que passa a valer comercialmente em todos os países membros. Junto ao monetário cria-se a política econômica, com organização de um banco central do bloco para todos os integrantes.

A cada década os países tendem a consumir cada vez mais bens que são importados internacionalmente – o que chega encarecido por conta dos acordos, impostos e tributos presentes nestas negociações.

Hoje o índice de matérias primas importadas chega a 40%, abrangendo combustíveis e maquinários até produtos de informática e passando, claro, por itens alimentícios como trigo, carne e bebidas. As principais nações de onde o Brasil procura importar seus bens são a União Europeia e os Estados Unidos, além da Argentina, Venezuela, México, China e Nigéria. No entanto cabe ainda dizer que o quantitativo de importações brasileiras segue crescente, com percentual de 7% de aumento em 2014 em relação ao mesmo valor em 2012. (Comércio Exterior Brasileiro - Resumo Escolar – 2017. n.p)

Uma vez entendido o significado do comércio exterior, entende-se que para que o processo de comércio entre países aconteça é essencial ter uma logística bem estruturada, e para que o comércio ocorra da melhor forma possível é necessário todo um engajamento logístico, que engloba planejamento, insumo de pedidos, gerenciamento da cadeia de suprimento, gerenciamento de estoques, entre outros. Mesmo vendo que importações e exportações são algo frequente e visto na história, muitas das empresas não têm as experiências ou o acesso às informações a respeito de como proceder ou participar do comércio internacional. É então que entram as *Tradings*. Prestadoras de serviços, que auxiliam e são compensadas pelo Estado, tendo benefícios e facilidades para que o comércio exterior aconteça.

As *tradings* são empresas comerciais especialistas em comércio exterior, facilitadoras de comercialização entre os fabricantes e outras empresas compradoras, possibilitando a compra de itens para revender no mercado. No que se refere às importações, destaca-se a possibilidade de obtenção de preços mais competitivos no mercado externo de materiais usados como matéria prima na indústria nacional, através dela também se tem acesso a novas tecnologias e produtos que irão trazer um diferencial competitivo no mercado interno. O governo deve atuar regulando a entrada de mercadorias estrangeiras em demasia, com vistas a evitar possíveis falências de concorrentes nacionais, como visto anteriormente nas barreiras tarifárias.

No Brasil as *Trading Companies* foram criadas na década de 70, a partir do decreto nº 1.248/1972, (DECRETO-LEI Nº 1.248, 1978).

Trading brasileiras foram criadas nos moldes da legislação japonesa e americana, com o objetivo de comprar bens no mercado interno, e por meios próprios, revendê-los no mercado externo, buscando alavancar as exportações, facilitando o processo e reduzindo os riscos dos produtores, representando um canal alternativo para as pequenas e médias empresas, que não disponham de uma estrutura suficiente para exportarem ou importarem. Mas o seu desenvolvimento foi lento, pois apesar de poderem realizar importações e gozar de tratamento tributário diferenciado, a visão de Trading era restrita apenas como comercial exportadora, com a atividade centralizada na exportação. Devido a isso, a sua evolução na participação da balança comercial se deu de forma lenta. (GRISI ET AL. 2003, n.p)

As empresas correm o risco de passar por problemas sérios com as mercadorias trazidas na hora de obter a nacionalização da carga, e até de sofrer grandes prejuízos com a má qualidade do produto ou negociação com empresas “fantasmas”, que acabam fraudando e roubando importadores, o que muitas vezes desmotiva empresas iniciantes na área.

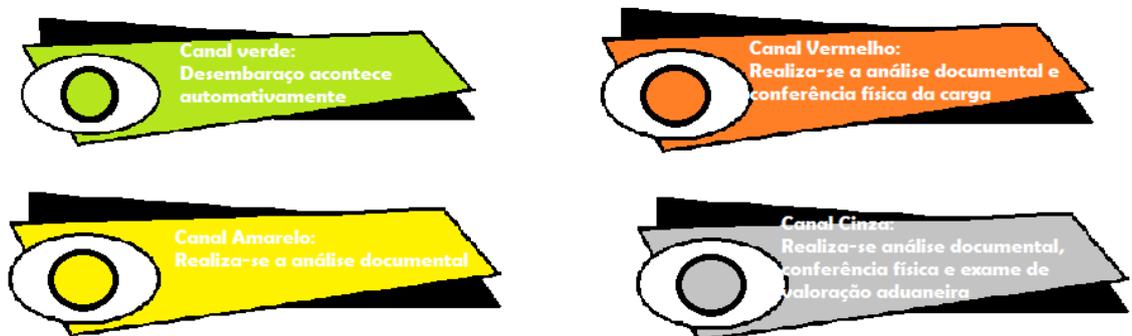
O conjunto logístico, os benefícios e conhecimento necessário que uma trading oferece serão apresentados no capítulo seguinte, permitem que as empresas tenham custos menores, aumentando a competitividade e as vendas, obtendo maiores lucros e podendo investir e crescer em outras ramificações do mercado. As tradings adquirem os produtos, realizando todas as atividades que fazem parte da operação, além dos riscos do comércio internacional, até a chegada, nacionalizando e desembaraçando a carga no local pactuado com o cliente. Destaca-se o domínio e o conhecimento da legislação tributária, além de obterem benefícios fiscais que são repassados para o seu cliente, reduzindo o custo final da importação. Castro (2003) destaca que dessa maneira ocasionaria uma redução de custos operacionais, logísticos e trabalhistas, aumentando a margem de lucro e a competitividade.

Soares (2003) destaca como vantagem a experiência dos conhecimentos técnicos e práticos no setor do comércio internacional proporcionando aos clientes uma redução notável de capital de giro aplicável para poderem participar da operação de importação. A vantagem também é estendida aos documentos da importação, pois estes e os arquivos destes ficam sobre a responsabilidade da *Trading*, o que dispensa as empresas de terem uma estrutura e profissionais especializados em comércio exterior (KEEDI, 2005). As *Tradings* também oferecem aos seus clientes acesso a novos mercados e produtos, através de pesquisas de

mercado, solicitação de amostras de acordo com a necessidade da empresa, de forma mais simples, eficaz e segura, pois ao utilizar uma Trading a empresa também elimina os riscos comerciais e políticos referentes ao exportador, pois tais riscos são assumidos pela Trading (SOARES, 2003).

As *tradings* têm uma gama de conhecimentos e parcerias tanto nacionais como internacionais. Nacionalmente para que uma *trading* consiga efetuar o desembaraço e a nacionalização da carga em uma importação, necessita ter o vínculo e parceria com uma empresa do segmento aduaneiro, ou seja, despachante aduaneiro. O despachante tem acesso aos órgãos estaduais submetidos ao controle aduaneiro, para efetuar legalmente e aplicar às mercadorias, comunicando, os elementos exigidos pela Aduana para aplicação do regime necessário. Mas para que o despachante possa atuar como representante da empresa ele deve ser credenciado no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Uma vez que a mercadoria estiver em território brasileiro, o despachante deverá emitir os seguintes documentos: registrar o extrato de declaração de impostos (DI) que logo passa por um processo de parametrização dividido em canais para liberação da carga, esses canais são:

Tabela 1 – Canais para liberação da carga



Fonte: Gimenez, Cristina, 2018.

- A) Canal verde: onde o desembaraço acontece automaticamente.
- B) Canal amarelo: realizando-se a análise documental.
- C) Canal Vermelho: solicitada a análise documental e conferência física da carga.
- D) Canal cinza: acarretando a análise documental, conferência física e exame de valoração aduaneira.

Continuando com o débito do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o desembaraço de mercadorias importadas (DMI) o qual apenas é emitido pela Receita Federal em Pernambuco, o boleto de arrecadação para pagamento de

impostos do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (DAE ICMS), e comprovante de importação (CI).

Para prosseguir com a realização da importação deverá haver a parceria da trading com uma agência de carga ou diretamente com o armador da companhia de transportes internacionais e nacionais, em caso marítimo, aéreo e rodoviário. A parceria traz, na maioria das vezes, negociações singulares onde importadores diretos (no qual não usam das tradings) acabam pagando valores mais altos e variáveis. Os acordos entre estas empresas ajudam nas negociações, barateando os valores do transporte.

Outra parceria essencial ocorre com os terminais portuários ou aeroportos, os quais armazenam as cargas enquanto acontece o desembarço e nacionalização da carga. Assim como no caso anterior de transportes, a parceria com o armazém também pode atrair custos mais baixos para o cliente.

O outro tipo de parceria, neste caso a internacional, é de fundamental importância. Quando um cliente procura uma trading, pode ser que o mesmo não tenha ideia em que país possa encontrar o melhor preço do produto proposto. A trading e seu conhecimento deve passar a confiança e transparência de fazer a melhor procura e negocio a longa distância, com um ou diversos exportadores, não permitindo haver fraudes ou outros danos ao cliente. É de responsabilidade de a trading encontrar uma logística e empresa licita para que o desejo do cliente seja alcançado. Dado que pode haver uma importação de um ou vários produtos solicitados de empresas diferentes.

A conversa com o exportador, a solicitação de envio de documentação de existência da empresa e certificado de qualidade do produto, a negociação de preço, a opção de envio de uma amostra para avaliação do cliente e a preparação para solicitar os documentos necessários ao exportador com antecedência, orientando-o conforme a obrigatoriedade de aceitação de legalidade documental para o desembarço da carga no Brasil. Pois caso a carga seja vistoriada, o fiscal apenas irá realizar a liberação da carga com a presença da documentação original. Por estes motivos é importante que a trading tenha um conhecimento vasto de exportadores pelo mundo ou corretores que trabalham por comissão oferecendo empresas lícitas, trazendo uma maior confiança e facilitando a procura.

Compreende-se que no Brasil a importação funciona de uma forma mais controlada do que a exportação, que é incentivada sem ter muitos obstáculos. A forma que a trading facilita é através do controle fiscal de impostos implantados pelo país, como a apresentação da procura por modelos de importação reconhecidos legalmente pela Receita Federal do Brasil, que neste trabalho será apresentado o modelo 'por conta e ordem', o qual será explicado nos

próximos capítulos, mas se entende como uma terceirização das atividades do seu empreendimento.

O livro administrando o comércio exterior, por Samia Nagib Maluf (2000) define o comércio exterior como o conjunto de normas que são produzidas pelo país para administrar seu relacionamento comercial com os demais, no qual deverá ser entendida a parte do Estado para continuar o entendimento do texto. Existem órgãos gestores da área que se concentram na regulamentação administrativa, fiscal e cambial (MDIC, 2008). Esses órgãos destacam dois grandes e importantes ministérios: o Ministério do desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), principal órgão do comércio exterior do país, e o Ministério da Fazenda (MD) cuja competência é cuidar de assuntos como, moeda, fiscalização, administração financeira, negociações econômicas, realização de estudos, etc. Por meio desse Ministério, mais especificamente pela Secretaria de Comércio Exterior - Secex e seus Departamentos, são publicadas as normas administrativas, que representam a maneira da inserção comercial do país. Operações que são autorizadas, suspensas ou proibidas, tanto por compromissos assumidos internacionalmente ou por situações internas.

Os interesses do Estado contam com apoio de dois mecanismos: a Receita Federal do Brasil-RFB, que tem como finalidade administrar, fiscalizar, arrecadar o comércio exterior no Brasil, controlando a entrada e saída de mercadorias da alfandega, realizando cobranças dos devidos impostos. O segundo mecanismo é o Banco Central – Bacen, responsável pela política monetária e cambial, além da regularização das normas cambiais, autorizando as instituições bancárias a operarem na área de câmbio, comprando e vendendo a moeda estrangeira.

O câmbio de uma moeda funciona quando o importador deve pagar a *invoice*, fatura comercial, ao exportador, na qual usará a moeda do comércio, dependendo da sua localização, na maioria das vezes sendo o dólar ou euro. Esse câmbio se faz através de bancos ou corretoras. Existem na negociação diferentes modalidades de pagamento, as quais podem ser antecipando o envio da carga, a prazo ou após a chegada da carga, depende da conclusão de ambas as partes.

No caso de ser uma importação com a modalidade de pagamento antecipada, o valor da fatura comercial deverá ocorrer antecipando a produção da mercadoria, entendendo que o exportador apenas irá fabricar o produto quando o cliente, importador, realizar o pagamento dos produtos negociados. Para fazer a compra do dólar, deverá ser feito o contato com bancos ou corretoras, apresentando a fatura comercial e o valor total a ser pago, que conforme a taxa do dia, será fechada, emitido um contrato de câmbio e assim concluído o pagamento ao

exportador, o qual deverá levar de 1 a 3 dias úteis para que seja confirmado. Diferentemente da modalidade de pagamento a prazo, no qual existem opções de pagar em 50% a 50%, 30 a 70%, dependendo do acordo. Neste caso o importador deverá realizar o pagamento da fatura comercial antes da carga embarcar e o restante quando a carga chegar ao seu estabelecimento, tendo então dois contratos de câmbio. E por último, a modalidade de pagamento com a chegada da carga, a qual seguirá o mesmo procedimento anteriormente dito, só que o pagamento apenas será efetivado após o recebimento da carga, o que ocasiona uma confiança muito grande entre os negociadores.

Além destas modalidades, quando as empresas estão realizando sua primeira importação, existe a possibilidade da carta de crédito, a qual é uma das modalidades mais seguras de crédito. Realizada através de um banco, será redatada uma carta de crédito e já efetivado o pagamento ao banco pelo importador, no qual o mesmo enviará para o banco do exportador a carta negociando que o pagamento apenas será debitado ao exportador quando a carga estiver a caminho do cliente, e com a entrega dos documentos originais. Ou seja, o banco se responsabiliza pela entrega dos documentos originais e o pagamento ao exportador quando tudo estiver concretizado, para que não haja penalidades para nenhuma das partes.

Percebe-se que o comércio exterior funciona através de conhecimentos em diversos segmentos, pois uma importação tende a precisar de várias empresas prestadoras de serviços e uma logística adequada. Vimos ao longo do capítulo, grosso modo, a forma que uma importação pode acontecer e quais seus meios necessários. Não é de total obrigação que os clientes optem pelas parcerias e indicações comentadas pela trading, ou seja, o cliente pode ter contato com despachante, agente de carga ou terminal portuário da sua preferência tendo a liberdade de optar pelo trabalho de qualquer uma destas empresas para serem utilizadas no processo de importação, mas é compromisso da Trading já ter estas empresas para serem oferecidas ao cliente. Deve ser exposta uma boa apresentação dos serviços para que o cliente veja com clareza como irá funcionar a importação, e depois que for dado o consentimento, o trâmite da mercadoria deverá ocorrer conforme o combinado.

3 MODALIDADES DE IMPORTAÇÃO PELAS *TRADINGS*

No início deste novo milênio a economia de Pernambuco vem passando por uma zona de mudanças, com a presença investimentos em diversas áreas da economia do Estado, esperando-se que os novos empreendimentos sejam capazes de mudar completamente a face

da economia pernambucana, fazendo-a ingressar em um ciclo renovado de crescimento sustentado.

Para que se chegue a um crescimento sustentado existem algumas unidades de grande porte em implantação de investimentos em Pernambuco, sendo elas: a refinaria, os estaleiros, o complexo petroquímico de Suape, e o polo automotivo. Embora todas estas áreas possam revelar potencial exportador, incluindo as cadeias produtivas que podem derivar dessas unidades, será o mercado doméstico o destino predominante da produção dessas unidades. Isto é, o fato de que a cadeia petroquímica no País ainda é responsável por volumosas importações do exterior, para atender à demanda doméstica insatisfeita; de que os navios e as plataformas de exploração de petróleo deverão atender a uma forte carência desses produtos; e de que a produção de veículos, como a FIAT, ou no caso de todas as outras montadoras no País, também deverá atender, preferencialmente, ao mercado interno. Entendendo assim que a modalidade de importação atende preferencialmente o mercado interno e funciona como crescimento sustentado.

Depois de quase meio século como uma região que produzia e exportava cada vez mais para os mercados internacionais, durante toda a primeira metade dos 1900s o açúcar e o algodão passaram a ser exportados para esses mercados em quantidades quase marginais e a preços muito mais baixos do que na última metade do século XIX: mesmo nos melhores anos, a exportação dessas duas commodities representou, ao longo da primeira metade dos 1900s, menos de 10% do total da produção regional (WANDERLEY, 1978; TRUDA, 1971[1934]; DE CARLI, 1942, PAG 134)

Entrando na forma de mercado interno, encontram-se as causas do aumento da terceirização de serviços no Brasil e no mundo. Afinal, para as empresas, sai mais barato que parte de sua mão de obra seja contratada por terceiros, em vez de mantê-los sob a sua observação e investimento.

No Brasil a forma de terceirizar seus serviços se enquadra na vida do brasileiro. Cada vez mais as empresas terceirizam seus serviços ou contratam a terceirização para fazer crescer os seus negócios. A globalização abrange as formas de lidar com o comércio, com o avanço na tecnologia, e atualmente o que todo empresário teme em perder é tempo. Graças aos avanços tecnológicos, percebem-se as diversas possibilidades de se encontrar e procurar por terceiros, pois no setor empresarial: "Perde-se tempo, perde-se dinheiro". A ideia de contratar uma empresa para terceirizar serviços é evitar dar chance ao erro. Com a existência de empresas especializadas em vários segmentos evita-se que uma empresa faça serviços que atrasam sua produção e ocupam maior parte do seu tempo, por motivos de dificuldade ou

motivos de não obtenção de uso frequente. Desta forma procuram contratar empresas que resolvam suas deficiências e assim se programam para organizar outros segmentos, melhorias e assim continuar crescendo.

No setor de importação encontramos a chamada modalidade por conta e ordem, que é uma das formas de terceirização de serviços, utilizado por tradings, reconhecida pela receita federal. Neste tipo de operação, a empresa adquirente, interessada em determinada mercadoria, contrata uma prestadora de serviços - a importadora por conta e ordem – para que esta, utilizando os recursos originários da contratante, providencie, entre outros, o despacho de importação da mercadoria em nome da empresa adquirente. Para que seja considerada regular, a prestação de serviços de importação realizada por uma empresa por conta e ordem de uma outra deve atender a determinados requisitos, condições e obrigações tributárias acessórias previstas na legislação e no contrato negociado.

Dentro das modalidades, existem a importação própria, por encomenda e por conta e ordem. Na funcionalidade da importação própria o importador se vê na experiência de poder realizar sua importação por conta própria. Já na modalidade por encomenda, o importador promove o seu despacho aduaneiro a fim de revendê-las posteriormente, a uma empresa encomendante. E na modalidade por conta e ordem de terceiros será abordada com mais detalhes aprimorando o entendimento.

Segue logo abaixo as diferenças de importação realizadas por uma trading:

Tabela 2 – ICMS na importação por conta e ordem de terceiros

O ICMS na Importação por Conta e Ordem de Terceiros	
IMPORTAÇÃO POR CONTA E ORDEM	IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA
Trading é apenas prestadora de serviços	Trading é o real importador
Operação realizada com recursos do adquirente	Operação realizada com recursos da trading
Câmbio fechado pelo adquirente	Câmbio fechado pela trading
Contrato de importação por conta e ordem	Contrato de importação por encomenda
DI – Declaração de Importador: adquirente é citado como "real adquirente"	DI – Declaração de Importador: utilizar campo destinado à identificação do adquirente por conta e ordem para informar os dados do encomendante, enquanto não estiver disponível o campo próprio para este na DI (no campo Informações Complementares, mencionar tratar-se de operação de importação por encomenda)

(Publicação: Estados devem distinguir importações indiretas, 2011)

Na importação, embora a atuação da empresa importadora possa abranger desde a simples execução do despacho aduaneiro até a negociação com o exterior, o importador na modalidade por conta e ordem de terceiros é de fato o adquirente, o mandante da importação.

O adquirente pactua a compra internacional e dispõe de capacidade econômica para o pagamento, pela via cambial, da importação.

Em relação a documentação, a partir do momento que é fechada a negociação de que a importação será por conta e ordem, os principais documentos, como a *invoice*, *packing list* e, principalmente, o conhecimento de carga correspondente devem estar consignados ou endossados ao importador contratado, o que lhe dará o direito de realizar o despacho aduaneiro e retirar as mercadorias do recinto alfandegário.

Entendendo que o procedimento por conta e ordem é basicamente dar poderes a outra empresa, através de um contrato, onde irão existir cláusulas compactuadas por ambas as partes encontraram outro tipo de incentivo que leva as empresas a quererem importar através de uma trading: O tratamento tributário.

3.1 TRATAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Atualmente, os tributos federais incidentes sobre uma importação devem ser recolhidos por ocasião do registro da DI, que acontece na hora de realizar o desembaraço da carga. Não importando se esta importação é por conta própria ou por conta e ordem de terceiros. Entretanto, nesta última situação, o tratamento tributário dado ao importador e ao adquirente nas etapas subsequentes à nacionalização das mercadorias difere daquele aplicável aos casos de importação por conta própria.

Através do tratamento tributário, existe o programa a atividade portuária, benefício que consiste em, basicamente, estimular as importações para aumentar o seu volume no Estado de Pernambuco, reduzindo o ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) devido na importação de 17% para 4%. A empresa interessada deverá formalizar credenciamento junto à Diretoria de Benefícios Fiscais da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Poderão habilitar-se ao PEAP empresas comerciais atacadistas com sede ou filial em Pernambuco, inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco – CACEPE.

De acordo com a lei nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, Art. 2º Os benefícios fiscais previstos no art.1º são os seguintes:

I - Redução de base de cálculo do ICMS incidente na importação de mercadorias, de tal forma que o montante de impostos a ser recolhido, por ocasião do respectivo desembaraço aduaneiro, corresponda ao valor resultante da aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da referida operação de importação:

A) 4% (cinco por cento), na hipótese de a alíquota aplicável à mercadoria ser igual ou inferior a 17% (dezessete por cento);

B) 10% (dez por cento), na hipótese de a alíquota aplicável à mercadoria ser superior a 17% (dezessete por cento);

II- Crédito presumido em montante equivalente ao valor do ICMS relativo à operação de saída da mercadoria importada, condicionado o seu uso ao efetivo pagamento do imposto relativo à operação de importação, vedada a utilização de quaisquer outros créditos. (ADI nº 4498, Rel. Min. Gilmar Mendes. Pagina 2)

De acordo com as regras do incentivo fiscal referente ao programa de Estímulo à Atividade Portuária, ficam inaptas à concessão do benefício a empresas que importam algum produto que ofereça concorrência àqueles fabricados por empresa industrial do estado de Pernambuco.

As tradings que oferecem este programa estipulam no valor cobrado ao cliente, depois de uma importação, a única mensalidade do recolhimento referente ao percentual de 2% sobre o valor do benefício que foi utilizado no mês para a AD/DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e 10% referente ao FEEF – Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal, cuja base de cálculo é a diferença entre o valor do ICMS efetivamente recolhido relativo à operação de importação e aquele que deveria ter sido, caso não fosse aplicada a redução de base de cálculo. Em relação ao FEEF, no caso da importadora apenas irá pagar os 10% no primeiro ano que utilizar o incentivo. A trading, neste caso, estipulará metas, sendo o valor mensal de incentivos gerais, que terão que ser batidos. Entendendo melhor através do seguinte exemplo:

Se no mês de janeiro do 2007 existiram 5 importações através da trading, no qual cada importação era tributada R\$ 2.000 de ICMS, dando um total de R\$10.000. Em janeiro de 2008 haverá de se ultrapassar ou igualar o valor de R\$10.000 estipulado para não pagar os 10% das taxas de FEEF.

Percebe-se que quando a empresa decide contratar uma trading, é pelo benefício e lucro que será adquirido além do serviço e conhecimento que será passado, assim como qualquer contrato com uma prestação de serviços. Entendendo o que é uma importação por conta e ordem e um programa de atividade portuária, como uma empresa de fato é levada a importar desta maneira e como irá funcionar o contrato deste tipo de importação?

Quando uma empresa decide importar um determinado produto, sai a procura de uma trading para saber como de fato esta proposta pode acontecer. Ao encontrar a trading, é solicitado uma estimativa e um questionamento de como irá funcionar determinada

importação. Neste caso estudado, a trading oferece realizar uma estimativa de valores de uma importação direta, e outra estimativa com o uso de uma trading, mostrando, através do incentivo fiscal de atividade portuária, que o cliente irá ter uma chance de economia maior se a trading for contratada, na maioria dos casos. O cliente optando por importar através de uma trading, a mesma explica que apenas trabalha pela modalidade por conta e ordem e dessa maneira irá haver um contrato explicando todas as cláusulas de acerto com o cliente, dando total responsabilidade ao importador de trazer a carga. Visto de grosso modo, a função do cliente é desembolsar o dinheiro para que a importação aconteça.

Com o contrato fechado, e o cliente liberado para realizar uma importação, se é analisado o produto para que a trading, depois de obter a NCM e descrição pertencente ao produto, se prossiga dando entrada no incentivo junto a Sefaz, para que o chamado despacho seja analisado e deferido. Conforme o incentivo é deferido, é gerado um despacho autorizativo que informa a redução da tributação do imposto. Assim que a carga chega ao porto, ao proceder com a nacionalização da carga, os impostos que são creditados: Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) obtém alíquotas que diferem de produto para produto, e no estado de Pernambuco através desta operação, será creditado o imposto de ICMS de 4%. Caso o exportador e fabricante participe do Mercosul, ainda terá a isenção do II através da entrega do certificado de origem – documento emitido pelo exportador.

Quem emite, normalmente, o registro da DI é o despachante, que junto ao despacho autorizativo irá considerar as alíquotas dos impostos correspondentes e assim repassar para pagamento. Realizando o pagamento, será aguardado o canal da importação para liberação da carga. Ao liberar a carga, a trading precisa realizar a emissão das notas fiscais. Na nota fiscal de entrada são declarados os valores da importação, assim como seus impostos, creditando ICMS a 18%. Na nota fiscal de saída, além das informações destacadas na de entrada, será creditando a saída do ICMS de 4% e outras despesas utilizadas na importação. Logo após a emissão das notas fiscais, é emitida a nota fiscal de serviço pela trading, indicando o valor que será pago pela prestação de serviços realizada.

Podemos perceber que no comércio internacional existem várias regulamentações, e que cada produto consta com uma alíquota diferente, o que difere o seu preço na compra da importação. Por isso é de extrema importância, antes de querer importar um produto, saber

quais serão os impostos aplicados, chegando então no orçamento e valor real de quanto irá custar ao cliente.

Existem simulações e estimativas de impostos, somados aos valores aproximados de uma agência de carga ou armador, transporte nacional, despachante, trading, contrato de câmbio, além do valor do produto, realizando então um montante e sabendo a quanto poderá ser vendido este produto, no caso de o cliente ser revendedor, atacadista ou em outro caso, quanto irá custar para o cliente que é indústria.

Logo após saber qual será o preço estimado total da sua importação, e fazendo as contas para saber se ainda é mais lucrativo do que comprar de um produtor local, se inicia a importação. Através do incentivo, temos a redução dos custos, como foi exposto acima, o programa de atividade portuária reduz o imposto do ICMS 4%. Motivo de várias empresas quererem iniciar suas importações através deste programa e aumentar seus lucros.

A logística que existe na importação, vale ressaltar que, se for cotada através de alguém inexperiente, irá arcar com muitos mais custos ou problemas do que através de uma trading. Além das tradings serem prestadoras de serviços como já foi entendido, elas oferecem incentivos de importação, nos quais o cliente acaba tendo uma opção de lucrar ainda mais. Normalmente as comissões das tradings aparecem nestas reduções, ou seja, o que um cliente irá economizar com o pagamento de 17% para 4% de ICMS, se coloca uma porcentagem acordada de comissão, e termina por ser mais econômico do que se o cliente pagasse o valor do ICMS cheio por sua conta.

Os benefícios da atividade portuária são constituídos de diferimento na importação e redução da base de cálculo, combinada com crédito presumido na saída do importador para estabelecimento atacadista dentro do estado, sendo as empresas de trading, comércio atacadista importador e indústrias são as favorecidas por esses estímulos fiscais. comenta Flávio Farias, diretor executivo da Acene Contabilidade (GBrasil | Recife – PE)

Vale ressaltar que não são todos os casos que são mais benéficos através de uma trading. Observamos que grandes empresas, que já entendem de importação e executam suas importações, pedem orçamento e estimativas de valores a tradings, cientes do incentivo que possa ser proporcionado, e se for mais barato do que eles iriam importar, acabam optando pela prestação de serviço. Empresas grandes, também podem ter outros tipos de incentivos, por isso que é necessária a pesquisa.

Os incentivos fiscais oferecidos às empresas através de programas do Governo consistem em reduzir a carga tributária como atrativo visando o desenvolvimento, o crescimento e reduzindo a desigualdade social entre as regiões através da criação de novos postos de empregos, pois sabe-se que a elevada quantidade de contribuição é um pesado componente no grupo de despesas da maioria das empresas.

Desde os anos 50, a Secretaria da Fazenda de Pernambuco tem mostrado grandes mudanças, de forma significativa em relação aos incentivos fiscais a novos investimentos industriais. No entanto, ocorreram fortes contestações nos anos 60 e 70, onde ocorreram grandes mudanças passando de a Secretaria ter a responsabilidade de conceder um novo instrumento, para substituição dos vigentes, definido e deixando a formulação e execução para os órgãos responsáveis pelo governo. (XAVIER, ERICA, p. 5, 2006)

Conforme afirma Lima:

Essas mudanças não foram erradas, pois apesar de todos os debates acirrados entre a Administração da Fazenda e outros setores, entre os próprios técnicos, nenhum, porém, deixou de ter como justificativa o zelo pela arrecadação tributária no Estado. (LIMA, 2006, p. 50)

O governo utilizava dois programas de incentivos fiscais. São eles: o PROBATEC e o PRODEPE além da utilização de alguns regimes especiais de tributação. O PROBATEC, Programa de Apoio às Empresas de Base Tecnológica, objetivando o desenvolvimento de empresas de base tecnológica, como seu próprio nome indica.

O PROBATEC é um programa que consiste no adiamento do prazo de recolhimento do ICMS devido pela empresa, resultante de operações internas e interestaduais com produtos considerados como de base tecnológica, como também, no adiamento do prazo de recolhimento do imposto de importação de insumos necessários à fabricação desses produtos. (XAVIER, ERICA, p. 5, 2006)

O programa não implica em quaisquer acréscimos ao valor do imposto original. Era um programa muito atrativo em épocas distintas onde se vivia com períodos de taxas altíssimas de inflação, mas que com os preços de hoje, aparentemente estabilizados, o programa deixou de fazer sentido. Nasceu e se consolidou dentro da SEFAZ, com prazo determinado de duração: 10 (dez) anos. Teve seu fim em 31 de dezembro de 2004.

O PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco, é um programa de iniciativa do Governo voltado para as empresas de diversos setores da economia que querem se instalar no Estado. Tendo como objetivo beneficiar as empresas que têm o intuito de aumentar sua atividade industrial, o comércio atacadista importador e as centrais de distribuição.

O PRODEPE avança em busca da simplicidade, priorizando os empreendimentos que mantenham sintonia com as potencialidades de cada região. O objetivo é estimular o desenvolvimento econômico de forma equilibrada e sustentável, trazendo o maior grau de benefício para os pernambucanos. (JORNAL DE PERNAMBUCO, 2006, XAVIER, ERICA, p 6)

De acordo com Soriano de Oliveira (2006), para que possa ser beneficiado pelos Incentivos Fiscais concedidos pelo PRODEPE:

Só poderá ser considerado uma Central de Distribuição, o estabelecimento industrial ou comercial atacadista que tramite com operações de saída de mercadorias, cujo recolhimento do imposto de responsabilidade direta corresponda à média mensal mínima do faturamento no semestre imediatamente anterior ao da habilitação no valor-padrão de 4% (quatro por cento), sem prejuízo da fixação de outros percentuais em decreto do poder Executivo, que serão diferenciados em função da caracterização do produto comercializado e de sua destinação. (OLIVEIRA, SORIANO, 2006, p. 7)

Chegando à conclusão de que grandes empresas procuram, mesmo sabendo como funcionam os termos de importação, ou tendo acertos com transportadoras internacionais e nacionais, chegam às tradings apenas querendo que participem da nacionalização da carga e tributação de impostos, e no caso visto da modalidade por conta e ordem, que paguem as faturas dos restantes serviços, a fim de realizar a operação.

Neste caso de importação é necessária a emissão de NFs de entrada, onde a carga sai do porto para ser locomovida até o armazém do cliente, e na empresa do cliente, é necessária a NF de remessa, no qual é necessária para dar entrada no seu estoque. Notas fiscais que também são emitidas pelas tradings para prosseguimento do processo de desembarço.

Percebemos como as tradings tem total influência sobre a importação e acabam por interferir no mercado pernambucano. A prestação de serviços é o debate do próximo capítulo, onde se propõe se os serviços prestados pelas tradings ajudam no processo de importação ou, de certa forma, acabam por criar uma dependência. A análise será para entender esta divergência, contrapondo os pontos negativos e positivos que uma trading proporciona no mercado das empresas situadas em Pernambuco.

4 O MERCADO PERNAMBUCANO

A economia pernambucana vem crescendo rapidamente desde o fim do século XX. Na era de Getúlio Vargas Pernambuco ainda aparecia entre os cinco maiores geradores de riqueza. No fim da década de 2.000 a construção civil liderou o crescimento econômico de

Pernambuco, seguido pela indústria e pelos serviços. A produção industrial pernambucana se destaca entre as maiores do Norte-Nordeste, como as indústrias naval, automobilística, química, metalúrgica, de vidros, eletrônica, de minerais não metálicos, têxtil e alimentícia.

Durante o governo de Eduardo Campos que ocupou sete anos (2007 – 2014) exercendo como governador de Pernambuco ampliou e consolidou um ambiente de negócios que trouxe para o estado um bloco de investimentos da ordem de R\$ 105 bilhões, dois terços dos quais foram alocados ao setor industrial e endereçados, em grande parte, para Suape.

Os projetos que destacam suas obras durante sua estadia são o incentivo do consumo através de programas de transferência de renda e incremento industrial, como a ferrovia transnordestina, a refinaria de petróleo Abreu e Lima, a fábrica de hemoderivados Hemobrás e a recuperação da BR 101. Conjuntura que deu impulso ao Estado.

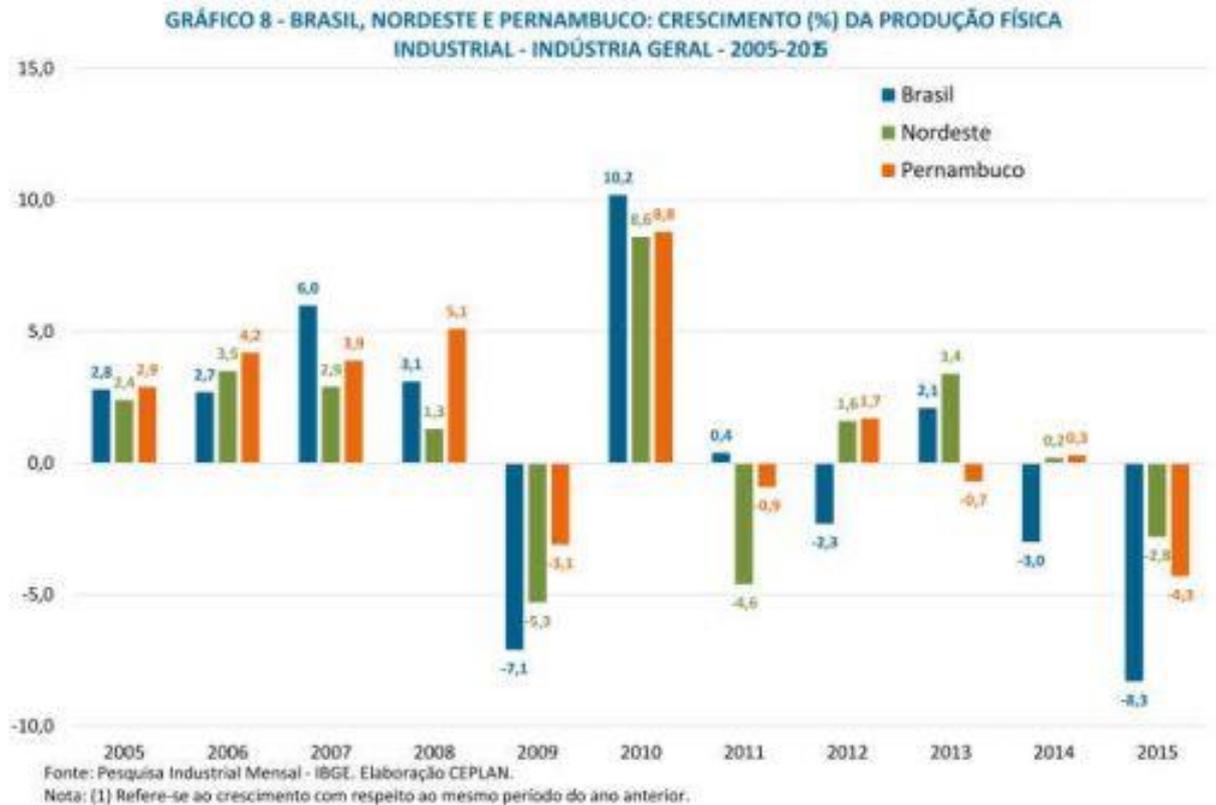
Diante dos bons anos de Pernambuco, encontra-se uma fase afetada pela crise que entra em ascensão durante os anos de 2014 até meados de 2017. O mundo encontrava-se numa crise desde 2008, na qual não atingiu o Brasil, pela adoção, no governo de Lula, de medidas para estimular o consumo, ou seja, reduzindo taxas de juros, cortando impostos e concedendo desonerações fiscais em alguns setores da economia. Mudando os hábitos de consumo e investimentos, sem estimular a poupança brasileira, nem o investimento ao longo prazo. Entretanto, segundo o economista Ricardo Amorim (2018), todas essas medidas estimulavam o consumo e não a produção.

Seguindo pelo Governo de Dilma (2011), que repetiu as mesmas políticas de Lula, alavancou a dívida, perdendo a capacidade de atrair novos investimentos e não conseguindo destinar recursos para estimular o crescimento do país. Durante o segundo mandato de Dilma (2015) com pretensão de elaborar o ajuste fiscal. De modo geral, o governo fez cortes no orçamento, restringiu benefícios e aumentou impostos e tributos, ocasionando uma inflação, com preços instáveis. Consequentemente fechando empresas significativas para o País, quebras de contrato que acabaram repassando seus custos para a população e empresas que se mudaram para países vizinhos a fim de escapar de altos impostos brasileiros. A profundidade recessão é o resultado de um conjunto de choques de oferta e de demanda que atingiram a economia brasileira.

Se as pessoas gastam menos com produtos e serviços, o governo gasta menos, as empresas deixam de investir em melhorias e o país exporta menos do que importa, tudo isso impediu o PIB de crescer.

Percebe-se no gráfico a seguir, o crescimento em porcentagem referente a indústria geral durante os anos de 2005 até 2015:

Tabela 3 – Gráfica do crescimento da produção industrial brasileira de 2005 até 2015

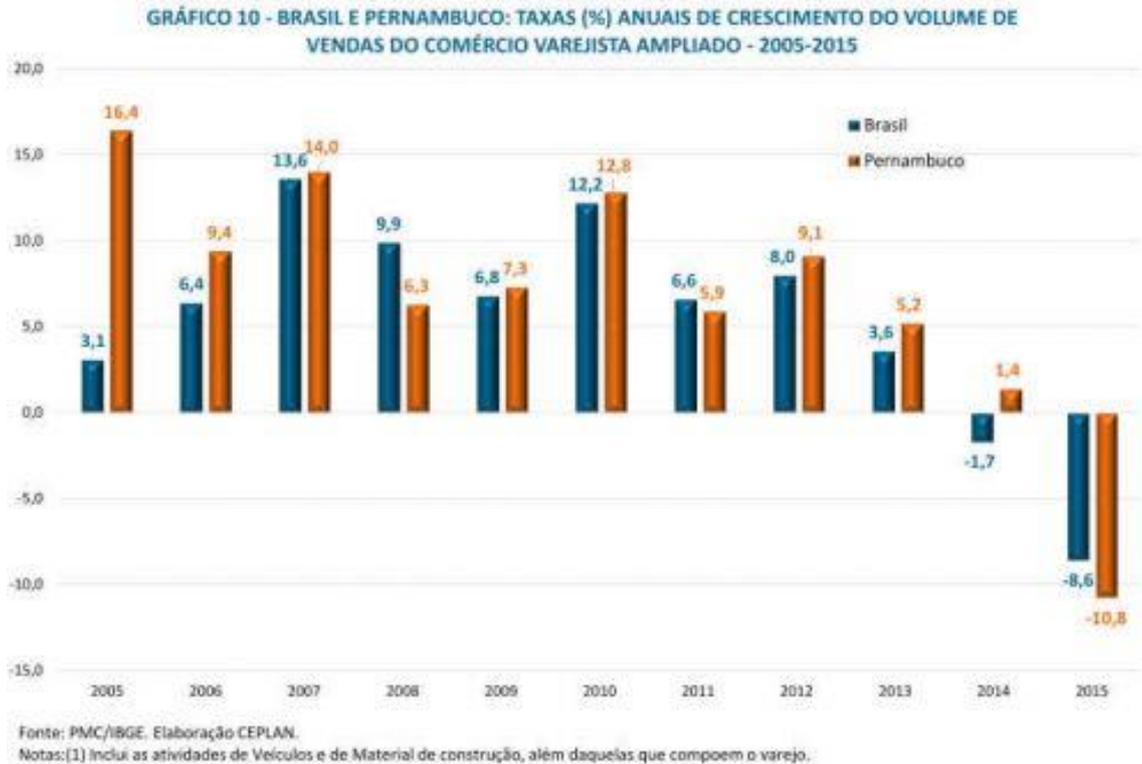


Fonte: Pesquisa Industrial Mensa – IBGE - Elaboração CEPLAN.

Durante os anos de 2005 até 2008 Pernambuco cresce de uma maneira inigualável no setor de indústria, no qual em 2009, ano após a crise mundial, há um desequilíbrio e recuperação em 2010. Nos anos seguintes percebe-se que existe uma dificuldade de se manter positivo, dada a crise. Aponta-se o segmento de indústria por ser uns dos pilares das importações em Pernambuco.

No próximo gráfico identifica-se as taxas anuais de crescimento do volume de vendas do comércio varejista entre 2005 e 2015:

Tabela 4 – Gráfico Brasil e Pernambuco: Taxas anuais de crescimento de vendas do comércio varejista



Fonte: PMC/IBGE - Elaboração CEPLAN

O gráfico aponta um destaque para Pernambuco na área de varejo, principalmente no estado de Pernambuco. No ano de 2015, com o novo ajuste tributário, destaca-se o déficit para as vendas ocasionadas no Brasil e atingindo arduamente no estado de Pernambuco.

Através do conhecimento do mercado em Pernambuco e a crise, inevitável de ser reportada para dar prosseguimento ao entendimento das tradings em Pernambuco, acabam por serem atrativas pela sua prestação de serviços ou acabam por prender seus clientes, para que aquela importação apenas aconteça pelos seus meios.

4.1 A INFLUÊNCIA OU DAS DEPENDENCIA DAS TRADINGS

Nos capítulos anteriores foram destacados como as importações acontecem pelas vias das tradings, e quais são os incentivos e modalidades que as prestadoras de serviços oferecem para que as importações sejam mais vantajosas para o recolhimento de lucros do cliente.

Como vimos, a estabilidade do país se dá na exportação ser mais vantajosa e alta, em níveis de produtividade do que a importação. Se a importação atingir um nível maior, ocasiona uma continuidade na crise que o país está passando ou um começo de uma crise. Desta forma, os incentivos que são oferecidos para as importações tem sua legislação para que

a importação não se sobressaia, mas que funcione, de uma forma positiva, geradora de renda para o país.

Desta forma, ao longo dos anos, o crescimento nas importações tem sido perceptível. Cada dia mais, as empresas vêm observando que existe um capital de importação, plausível para sua empresa. Tantas empresas de porte grande, como as médias e pequenas, tem a cada dia mais acesso na área do comércio exterior. Vejamos no gráfico a seguir a evolução da importação em Pernambuco.

Tabela 5 – Movimentação de carga por operação por tonelada durante os anos de 2005 até 2015.



Fonte: Porto de Suape. Economia e finanças, 2015. Website*

Desde os anos de 2005, existe um crescimento significativo nas importações de Suape. O gráfico apresenta a movimentação de carga por operação em tonelada desde 2005 até 2015. Atingindo até 2014 um crescimento e declínio em 2015 para 4.988.492 toneladas. Em compensação, durante estes anos a exportação teve uma caminhada linear e pequena queda nos anos de 2015.

Em contratempo, vê-se no próximo gráfico quais os tipos de mercadorias importadas no estado de Pernambuco, que se destacam nas importações desde os anos de 2006 até 2016:

Tabela 6 – Principais produtos importados em Pernambuco durante os anos de 2006 até 2016

Estado / Produtos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pernambuco	706.39 2	921.28 3	756.43 4	513.89 7	656.65 9	700.26 0	805.96 9	878.67 7	940.08 2	672.28 8	474.19 7
Adubo/fertilizante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barrilha	126.47 9	145.34 4	159.29 7	143.55 9	137.65 2	192.68 6	219.47 6	251.83 1	300.51 8	326.72 1	306.72 3
Cevada	144.28 7	79.477	121.48 9	77.664	94.073	72.437	66.280	30.373	36.717	48.846	-
Cimento	-	-	-	-	44.341	30.416	-	-	-	-	-
Clínquer	-	-	-	-	-	24.807	132.50 0	104.46 7	174.54 7	-	-
Fertilizante	215.32 9	267.17 6	199.18 1	156.92 4	301.97 4	334.74 5	295.70 7	275.00 1	279.92 7	190.37 3	143.25 6
Ferro/aço/ligas	-	-	-	-	-	-	-	-	55.235	41.471	1.745
Peças de projeto	-	-	-	-	-	-	-	-	5.038	1.402	-
Papel em bobina	12.081	4.968	5.491	4.169	4.903	5.155	3.643	3.346	3.481	2.076	1.567
Papel jornal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petro coque	183.68 7	276.90 4	100.79 1	116.48 4	54.623	-	28.000	-	-	40.386	-
Trigo	16.504	138.93 7	150.13 4	15.097	-	14.952	-	130.09 4	83.144	20.735	20.912
Outros	8.025	8.477	20.051	-	19.093	25.062	60.363	77.927	1.475	278	-

Fonte: Porto do Recife. Base de dados do Estado, 2018.

Produtos como barrilha servindo para produção de vidro, em sínteses químicas e em sabões e detergentes, cevada, trigo, fertilizantes tem um maior destaque entre as mercadorias importadas por Pernambuco. Percebe-se que o setor de importação de insumos para produção de produtos no Brasil é de grande destaque. Assim como fertilizantes, para agricultura.

Na necessidade de obter produtos para que as empresas continuem exercendo seus papéis, com sua logística de lucro econômico no comércio exterior, procuram por incentivos e benefícios que compensem suas operações. Desta forma como analisamos se as empresas procurarem por tradings é de fato um ato benéfico ou prendedor. A seguir analisaremos os pontos positivos e no decorrer negativos sobre as importações através das prestadoras de serviços.

O primeiro ponto positivo é abordado através de empresas iniciantes no setor de importação. As quais procuram por tradings para realizar sua operação por primeira vez. Como vimos nos capítulos anteriores, as tradings estão carregadas de experiência no mercado exterior e na sequência de importar categorias de produtos da melhor maneira até o desembaraço e entrega da mercadoria ao cliente. Começando com cálculos e estimativas de gastos que o cliente terá para que o mesmo possa optar se é benéfico ou não importar dado produtos. No caso desta mesma empresa iniciante, optar pelo caminho da importação direta,

não terá uma base de estimativa de gastos, ocasionando a importação através do achismo, gerador de possíveis gastos desnecessários.

O segundo ponto positivo se dá através da modalidade de importação, como por exemplo, a 'por conta e ordem' analisada no capítulo anterior. Desta maneira a empresa que contrata a trading, não terá responsabilidade e preocupação com a operação. Como foi visto nesta modalidade a trading se carrega de tudo até a entrega ao armazém do cliente, conforme for acordado por ambas as partes na hora da realização do contrato. Desta forma, o cliente será o provedor do capital, sem querer participar do segmento de importação. Assim que a sua mercadoria chegar ao seu armazém, nacionalizada, procederá da mesma forma que procede com mercadorias internas.

Outro ponto positivo oferecido pela trading é o incentivo fiscal. O programa de atividade portuária ocasiona a redução tributária do ICMS de 17% para 4%. Ocasionalmente um ganho significativo para o cliente que opta por este mecanismo. A importação que será nacionalizada com um custo significativo para a empresa do cliente. Neste ponto, podemos destacar que as empresas não precisam ser inexperientes na área para optar pela importação via trading. Grandes empresas, principalmente indústrias, utilizam as tradings para importar seus insumos com o incentivo da atividade portuária e assim estabelecerem um ganho maior através do benefício. Desta maneira, observa-se que a procura pela trading não é por falta de informação, conhecimento ou execução, mas sim pelo lucro que irá ser gerado para sua empresa. Tanto é que reportam as tradings seus canais de transportes, despachantes, que já são utilizados pelas mesmas, para proceder com a operação.

E por último ponto positivo, observa-se o contrato com as tradings, por via econômica de não ter que consolidar outra área na sua empresa. Ou seja, empresas que já utilizam a importação, mas não de uma maneira constante, preferem contratar especialistas na área, neste caso as tradings, para não ter que abrir um setor novo na empresa, que irá lhe gerar gastos para contratar especialistas na área, neste caso não sendo seu maior foco. Quando surge a necessidade de importar alguma mercadoria, a empresa procura a trading, optando pelo seu serviço quando lhe convém.

Desta maneira, percebe-se que a importância da trading no mercado de trabalho é de bastante importância. Não é por acaso que as empresas seguem procurando prestadores de serviços para operar no setor de importação. No gráfico a seguir, será mostrado o aumento da quantidade de importações em Pernambuco, estimando cada importação em 1.000 dólares.

Tabela 7 – Importações e exportações de 1000 dólares por operação desde 1990 até 2017

Ano	Pernambuco		Saldo (US\$ 1.000 FOB)
	Valor da exportação (US\$ 1.000 FOB)	Valor da importação (US\$ 1.000FOB)	
1990	400.464	226.693	173.771
1991	336.729	309.609	27.120
1992	351.913	252.860	99.053
1993	345.651	465.846	-120.195
1994	372.737	517.402	-144.665
1995	574.321	794.447	-220.126
1996	341.005	818.031	-477.026
1997	372.580	885.734	-513.154
1998	362.257	916.173	-553.916
1999	265.888	735.305	-469.417
2000	284.248	936.026	-651.778
2001	335.462	1.028.607	-693.145
2002	319.996	843.989	-523.993
2003	411.137	795.969	-384.832
2004	517.549	758.773	-241.224
2005	786.051	805.933	-19.882
2006	781.046	1.024.745	-243.699
2007	870.557	1.720.082	-849.525
2008	937.633	2.460.592	-1.522.959
2009	823.972	1.981.372	-1.157.400
2010	1.112.502	3.272.666	-2.160.164
2011	1.198.969	5.534.266	-4.335.297
2012	1.319.976	6.595.544	-5.275.568
2013	1.991.531	6.811.442	-4.819.911
2014	943.812	7.333.080	-6.389.269
2015	1.046.582	5.066.604	-4.020.022
2016	1.417.817	4.449.306	-3.031.489
2017	1.961.882	5.703.995	-3.742.113

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil. Base de dados do Estado, 2018.

Dentre os anos de 2006 até 2016 observa-se um crescimento contínuo. Em 2009 e 2015 encontram-se uma queda, nos anos que foram vistos anteriormente pela crise econômica.

No setor de importação, tem que se levar em conta o valor da taxa do câmbio. É de extrema importância para uma importação, dado que a negociação é dada em dólar ou euro. Neste caso o câmbio da moeda para o real acontecerá em três momentos. Ao realizar o pagamento ao exportador, ao pagar o armador do navio ou agente de carga e ao nacionalizar a carga.

Seguimos dando ênfase aos pontos negativos de uma trading. Embora não sejam grandes os pontos abordados, podemos contrapor aos pontos positivos colocados anteriormente.

Primeiramente abordamos empresas iniciantes no segmento de importação. Ao procurar uma trading, a empresa acaba por contratar uma prestação de serviços, que por não estar elaborando, não terá como ter a experiência ou o aprendizado para futuras operações. Observa-se então uma dependência em contratar a *trading*.

Traders arbitrários sabem o que fazem. Eles seguem várias regras, utilizam métodos válidos de position sizing e estudam os seus trades assim como todos os outros. O único problema é que suas metodologias são difíceis de serem testadas e operadas por iniciantes, principalmente por causa dos achismos. Só que como eu disse, eles sabem o que estão fazendo. Mas os iniciantes estão na maior parte das vezes, perdidos nos mercados sem saberem de nada. Eles não têm a experiência necessária, não conhecem padrões o suficiente e ainda podem não ter aprendido o básico dos fundamentos da especulação. (Teixeira, Hugo. 2018. Senhor Mercado [S.P])

Neste caso, podemos colocar que a opção por não optar por uma trading poderá gerar gastos desnecessários, que poderão ser evitados com o contrato de especialistas, no que será verdade. Mas nesta abordagem não é da nossa responsabilidade envolver lucros ou melhores opções e sim resultados gerais do que uma trading irá envolver a empresa.

Em segundo e terceiro ponto negativos encontram-se os incentivos e modalidades de operar na importação através de uma trading. Empresas optam pela importação pela trading para poupar gastos e para não ter responsabilidades para realizar a operação. O que se demonstra evidente que gerará dependência pela trading para que evite-se de tratar de problemas que surgem no meio de uma importação. Ao ficar longe da operação, quando se é contratado um prestador de serviços, se esquece de que o mesmo apenas tem uma responsabilidade, entregar o produto ao cliente. Se a operação fosse exercida pelo cliente, haveria um cuidado maior, pois se trata de ter o conhecimento exato do que está sendo importado, e quais serão os melhores meios que este produto deverá de ter para chegar no destino final.

Concluindo a análise, observa-se que as tradings geram uma certa dependência, esta que impede de que as empresas brasileiras tenham o cuidado de elaborar e criar setores nas suas empresas de importação, como alternativa. A problemática da dependência é castigada pelo motivo de que a função das *tradings* é de ajudar o mercado a expandir o comercio internacional através do ensino. O que impossibilita de que as empresas que as tem como prestadoras de serviços, procurem por opções novas para que o governo possibilite e promova incentivos e benefícios diferentes para as empresas importadoras.

Mas além da dependência, temos o ofuscamento pela seleção. Tal ofuscamento é dado porque não são todas as tradings que oferecem a um pequeno cliente seus serviços para importação. A partir do momento que sua comissão seja significativa, ou seja, não cubra um salário mínimo, como exemplo, a trading nega seu serviço. No qual significa que pequenas empresas deverão se acostumar e obter os mercados internos ou comprar de algum

importador. Restringindo seu contato com o mercado exterior, pois é possível sim realizar uma importação sem o uso de uma trading.

Neste trabalho são abordados os dois sentidos de uma trading, tanto com os pontos positivos entendidos ao longo do texto como os pontos negativos. Não é de critério do trabalho expor o que é melhor ou não para uma importação, mas sim dar conhecimento para saber das possibilidades existentes no mercado do comércio exterior que ainda encontra-se em ascensão. As empresas são responsáveis pelo seu capital e sua maneira de querer intervir, ou não, nas operações, mas não significa que todas as operações devam ser iguais. Ao longo do trabalho foram encontrados poucos artigos e livros que abordem as tradings, e é deste indicio que foi elaborado o trabalho, para dar mais conhecimento a nova era de prestadores de serviço através da importação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura internacional que foi desenvolvida ao longo do trabalho cria destaque nas prestações de serviços das *tradings*. Colocando-as como influenciadoras e criadoras de dependência para empresas pernambucanas. Através das importações de produtos, empresas trazem matéria prima ou produtos acabados para serem repassados ao mercado interno brasileiro.

É de cunho dos importadores que analisem da melhor maneira o seu mercado e desenvolvam, através das modalidades e incentivos oferecidos pelas *tradings*, a melhor forma de operar e se beneficiar contratando seus serviços, mas sem criar certa dependência com seus serviços.

As *tradings companies* criadas para operar e ajudar as empresas com seus negócios. Como foi visto ao longo do trabalho, é difícil ter certeza da forma que irá acontecer uma importação, e por isso que as empresas acabam recorrendo a contratar terceiros para que com suas experiências arquem com a responsabilidade de realizar a operação e entrega até o armazém do cliente.

Foi visto o outro lado da prestação de serviços, onde as *tradings* operam como nacionalizadoras da carga, apenas oferecendo benefícios e incentivos a grandes empresas que já tem habilidade de importação, mas não obtém incentivos fiscais. Sendo assim, as tradings realizam a operação da melhor maneira que a empresa, normalmente de grande porte, coloca nas suas exigências. Sempre seguindo o contrato, colocado e discutido por ambas as partes.

O setor de importação em Pernambuco tem crescido ao longo do tempo e proporcionado ao mercado do Estado uma ascensão e incentivo para que sejam realizadas as importações e exportações. Desta maneira pode-se concluir que o que as *tradings* é visto com boas práticas, mas os extremos levam a prejudicar o setor. Importações pequenas saem perdendo, na maioria das vezes, enquanto tendem a comprar seus produtos com distribuidoras, grandes ou médias empresas.

É necessária a existência da prestação de serviço destas empresas, para alavancar e realizar o crescimento do país, seguindo as legislações, e oferecer ao mercado brasileiro, distinções de produtos que promovam tanto o consumo, quanto a produção.

Referências

GIRALDELLI, Rodrigo. As vantagens de importar através de uma trading. Disponível em: <http://chinagate.com.br/quais-as-vantagens-de-importar-atraves-de-uma-trading-company/>, Acessado em Março de 2018.

KERDINA, Produção Editorial LTDA. Blocos econômicos. Acessado em 07 de março. Disponível em: <Http://blocos-economicos.info/comercio-internacional.html> acessado em 20 de março.

LOPES Vasquez, José. Comércio exterior brasileiro. 8. Ed. São Paulo: atlas, 2007.

PROOF. SILVA, Arquimedes. Artigo: comércio exterior brasileiro. Disponível em: <Http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2014/12/textdisc8.pdf>

SANTANA, Elaine Barbosa; lameira, Max leno de. Considerações históricas, teóricas e jurídicas das relações comerciais internacionais. Artigo de convibra. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2016/36/2016_36_12252.pdf

RECEITA FEDERAL, Disponível em: <Http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/aduaneira/importacao-e-exportacao/operacoes-realizada-por-intermedio-de-terceiros/importacao-com-conta-e-ordem#introducao> - Acessado em 01 de abril de 2018.

COUTINHO, Eduardo e outros Senra; De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v12n4/v12n4a7.pdf>. - Acesso em: 10 mar. 2018.

XAVIER, Erica. Artigo: Benefícios fiscais: um estudo sobre o nível de satisfação das empresas de grande porte em Pernambuco. Disponível em : <http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/484.pdf> - Acessado em 16 de Maio de 2018.

Anonimo, Incentivos Fiscais. Disponível em : <http://www.gbrasilcontabilidade.com.br/noticias/218/Incentivos+fiscais+em+regi%F5es+portu%Elrias+favorecem+empresas+e+ind%FAstrias> – Acessado em: 25 de Abril de 2018

Fernandes, Grace. Artigo: ação direta de inconstitucionalidade nº4498. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1095809/8.pdf/dd196e3e-0378-46a7-a220-f4fe6aeb254c> - Acessado em 24 de Maio de 2018

ARAUJO, Carlos. Importação por conta e ordem. Disponível no site: <https://www.conjur.com.br/2011-jul-23/estados-nao-podem-caracterizar-importacao-conta-ordem-indireta> - Acessado em 20 de Maio de 2018.

BEZERRA, Juliana. Crise econômica no Brasil. Disponível em : <https://www.todamateria.com.br/crise-economica-no-brasil/> - Acessado em 30 de Maio de 2018

TEXEIRA, Hugo. Será Que Vale a Pena Investir Sem Usar Um Sistema de Trading? – Disponível em: <http://www.senhormercado.com.br/vale-a-pena-operar-sem-um-sistema-de-trading/> - Acessado em 17 de Maio de 2018

BASE DE DADOS DO ESTADO, Web disponível em:
http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=267&Cod=3 – Acessado em 10 de Maio de 2018

BASE DE DADOS DO ESTADO, Web disponível em:
http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?codFormatacao=679&CodInformacao=897&Cod=3 - Acessado em 10 de Maio de 2018

LIS, Lais. G1Balança bate recorde com superávit em 2016 – Disponível em:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/balanca-bate-recorde-e-fecha-2016-com-superavit-de-us-477-bilhoes.ghtml> - Acessado em 17 de Maio de 2018

JORNAL DO COMÉRCIO. – Crise econômica em Pernambuco. Disponível em:
<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/01/19/em-10-anos-pernambuco-foi-do-crescimento-a-crise-economica-267347.php> - Acessado em 17 de Maio de 2018.

DANTAS, Rafael. O ciclo da economia de Pernambuco . Disponível em :
<http://revista.algomas.com/colunistas/o-ciclo-da-economia-de-pernambuco-2005-2015> - Acessado em 16 de Maio de 2018